

**UNIVERSIDADE DE RIO VERDE - UniRV
FACULDADE DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

ANÍSIA RODRIGUES SILVINO

**DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÕES CONTÁBIL-FINANCEIRAS NAS
EMPRESAS BRASILEIRAS DE CAPITAL ABERTO LISTADAS NA
BM&FBOVESPA QUANTO À ADERÊNCIA AO CPC 27 – ATIVO
IMOBILIZADO**

RIO VERDE, GO

2016

ANÍSIA RODRIGUES SILVINO

**DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÕES CONTÁBIL-FINANCEIRAS NAS
EMPRESAS BRASILEIRAS DE CAPITAL ABERTO LISTADAS NA
BM&FBOVESPA QUANTO À ADERÊNCIA AO CPC 27 – ATIVO
IMOBILIZADO**

Trabalho de Conclusão de Curso II apresentado a Banca Examinadora do Curso de Ciências Contábeis da Universidade de Rio Verde (UniRV), como exigência parcial para obtenção do título de Bacharel em Ciências Contábeis.

Orientadora: Prof^ª. Ma. Eliene Aparecida de Moraes

RIO VERDE, GO

2016

Silvino, Anísia Rodrigues.

Divulgação de informações contábil-financeiras nas empresas brasileiras de capital aberto listadas na BM&FBOVESPA quanto à aderência ao CPC 27 – ativo imobilizado / Anísia Rodrigues Silvino. – Rio Verde.- 2016.

47 f.: il

Trabalho de Conclusão de Curso II (Bacharel em Ciências Contábeis) – UniRV – Universidade de Rio Verde, 2016.

Orientador: Prof^ª. Ma. Eliene Aparecida de Moraes

1. Divulgação. 2. Ativo Imobilizado. 3. CPC 27. I. Título.

ANISIA RODRIGUES SILVINO

**DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÕES CONTÁBIL-FINANCEIRAS
NAS EMPRESAS BRASILEIRAS DE CAPITAL ABERTO
LISTADAS NA BM&FBOVESPA QUANTO À ADERÊNCIA AO
CPC 27 – ATIVO IMOBILIZADO**

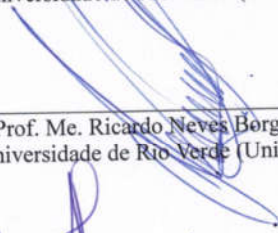
Trabalho de Conclusão de Curso II apresentado a Banca Examinadora do Curso de Ciências Contábeis da Universidade de Rio Verde (UniRV), como exigência parcial para obtenção do título de Bacharel em Ciências Contábeis.

Rio Verde, GO, 19 de novembro de 2016

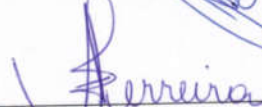
BANCA EXAMINADORA



Prof. Ma. Eliene Aparecida de Moraes
Universidade de Rio Verde (UniRV)



Prof. Me. Ricardo Neves Borges
Universidade de Rio Verde (UniRV)



Prof. Esp. Adriane Gomes Ferreira
Universidade de Rio Verde (UniRV)

Dedico este trabalho à minha mãe Sr^a Maria Rodrigues dos Santos Silvino, ao meu esposo, Rafael Rodrigues de Souza, à minha filha Gabrielly Rodrigues da Silva e à minha princesinha que está por vir Mariana Rodrigues Silvino, por terem me dado forças a cada dia para continuar os estudos e conquistar mais este sonho.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, à minha mãe, Maria Rodrigues Dos Santos Silvino, pelos momentos difíceis que passamos, sempre se manteve em pé e não nos deixando abalar e nem desistir de nossos sonhos. Agradeço ao meu esposo, Rafael Rodrigues de Souza, por ter sido meu companheiro e meu refúgio durante todo o tempo.

A minha filha Gabrielly Rodrigues da Silva, mesmo com as reclamações em relação a minha ausência, ao longo desses quatro anos de estudos, mas sabendo que fiz pelo nosso bem, à minha pequena Mariana Rodrigues Silvino que está me dando um trabalhão nessa reta final, mas que é mais uma força para continuar lutando. No geral, agradeço a todos os meus familiares e amigos, pois sem exceções, apoiaram-me e ajudaram-me a alcançar este sonho.

Agradeço à minha orientadora Prof.^a Ma. Eliene Aparecida de Moraes, por sua paciência e dedicação ao ajudar-me, mesmo com as entregas fora do prazo para correções. Agradeço a todos os professores que me fizeram crescer, com informações que serão muito importantes para minha carreira profissional.

E por último, mas não menos importante agradeço a todos os meus colegas de sala que são pessoas mais que especiais que viram meus choros meus risos e, agora, a vinda da nossa maior alegria, sempre nos apoiando e respeitando, tornando-se a única coisa que me fará falta, onde nos tornamos uma família, cúmplices de dificuldades que só quem passa sabe, amo a todos sem exceção.

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo proceder com a análise do índice de divulgações das empresas brasileiras listadas na BM&FBOVESPA, conforme o CPC 27 – Ativo Imobilizado. O tema deu-se pela crescente cobrança em adequação das empresas quanto aos pronunciamentos técnicos, visto que estes dados são de relevância para possíveis investidores. A referida pesquisa caracteriza-se como explicativa, tendo como foco a abordagem quantitativa-qualitativa, realizada por meio de coleta de dados classificados como indireto, visto que esta coleta foi realizada através de dados que já haviam sido anteriormente publicados. Para isso, foi realizada a análise de 215 documentos, entre eles, Demonstrações Financeiras padronizadas consolidadas e notas explicativas, dos anos de 2011, 2012, 2013, 2014 e 2015, logo após para a coleta de dados foi utilizado a técnica de análise de conteúdo. Através da pesquisa, observou-se que em média são divulgadas 52% dos quesitos analisados nos últimos 5 anos. Classificando-a em quartis, pode-se dizer que, em todos os anos foram classificados como “Bom”, pois a média ficou entre 51% e 53%. Os resultados alcançados com a pesquisa revelaram que ainda existe um grande caminho a percorrer quanto às divulgações, notou-se ainda que, do ano de 2011 para o ano de 2015, houve uma pequena melhora no índice de divulgação.

Palavras-chave: Divulgação. Ativo Imobilizado. CPC 27.

ABSTRACT

This paper was aimed at proceeding with the analysis of the index of disclosure of the Brazilian companies listed on BM & FBOVESPA, in accordance with CPC 27 - Fixed Assets. The issue was due to the growing charge in adequacy of the companies concerning the technical pronouncements, for these data are relevant to potential investors. This is an explanatory research, focused on the quantitative and qualitative approach, carried out through data collection, classified as indirect, for such collection was made from data that had been previously published. For so, the analysis of 215 documents was carried out, including Financial Statements standardized consolidated and explanatory notes, from 2011 to 2015. Shortly after for data collection, the technique of content analysis was used. Through the survey it was observed that, in an average, 52% of the issues analyzed were released in the last five years. When classifying into quartiles, it can be said that in all the years it was rated as "Good" because the average was between 51% and 53%. The results achieved with the research revealed that there is still a long way to go as the disclosures; it was also observed that from 2011 to 2015, there was a slight improvement in the disclosure index.

Key-words: Release. Fixed Assets. CPC 27.

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 - Empresas componentes da amostra	27
QUADRO 2 - Instrumento de Coleta de Dados baseado no CPC 27 – Ativo Imobilizado	29
QUADRO 3 - Quantidade de divulgação por quesito e ano	30
QUADRO 4 - <i>Ranking</i> de frequência de divulgação por quesito.....	31
QUADRO 5 - Percentuais médios de divulgação por quesito e ano	31
QUADRO 6 - Porcentagem anual dos 12 quesitos analisados	32
QUADRO 7 - Quantidade média de divulgação por ano.....	32
QUADRO 8 - Percentual médio de divulgação por empresa e por ano.....	33
QUADRO 9 - Empresas que mais e empresas que menos divulgaram	35
QUADRO 10 - Percentual médio de divulgação por setor	35
QUADRO 11 - Percentuais para classificação da divulgação por quartis	36
QUADRO 12 - Classificação do nível de divulgação das empresas referente aos quartis ...	37
QUADRO 13 - Determinação do “tamanho da empresa”	39
QUADRO 14 - Percentual médio de divulgação das “Empresas Maiores” e “Empresas Menores”	41

LISTA DE SIGLAS

BM&FBOVESPA	Bolsa de Mercadorias, Valores e Futuros de São Paulo
CFC	Conselho Federal de Contabilidade
CPC	Comitê de Pronunciamentos Contábeis
CVM	Comissão de Valores Mobiliários
IFRS	<i>International Financial Reporting Standards</i>

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
1.1 PROBLEMA DE PESQUISA.....	11
1.2 OBJETIVOS.....	12
1.2.1 Objetivo geral	12
1.2.2 Objetivos específicos.....	12
1.3 JUSTIFICATIVA	12
1.4 DELIMITAÇÃO DA PESQUISA.....	15
2 PLATAFORMA TEÓRICA	16
2.1 DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÕES CONTÁBEIS.....	16
2.2 DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÕES CONTÁBEIS SOBRE O ATIVO IMOBILIZADO	18
2.2.1 Ativo imobilizado e a relevância da divulgação de informações sobre o ativo imobilizado para Usuários Externos	18
2.3 CPC 27 – ATIVO IMOBILIZADO.....	19
2.3.1 Depreciação, valor depreciable e vida útil do ativo imobilizado.....	21
2.3.2 Divulgação.....	23
2.4 FATORES QUE INFLUENCIAM A DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÕES CONTÁBEIS.....	25
3 PROCEDIMENTOS E MÉTODOS	26
3.1 CLASSIFICAÇÃO DA PESQUISA	26
3.2 POPULAÇÃO, AMOSTRA E PERÍODO DE ESTUDO	26
3.3 INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS	28
4 RESULTADOS E ANÁLISES DE DADOS	30
4.1 CLASSIFICAÇÃO DO PERCENTUAL MÉDIO DE DIVULGAÇÃO POR QUARTIS	36
4.2 TAMANHO DA EMPRESA COMO FATOR QUE INFLUENCIA NA DIVULGAÇÃO	39
5 LIMITAÇÕES DA PESQUISA	42
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	43

REFERÊNCIAS.....	45
-------------------------	-----------

1 INTRODUÇÃO

Com a necessidade de uma linguagem única e simplificada para a contabilidade, era inevitável a adoção de novas técnicas para a elaboração de relatórios contábeis, isso foi possível através das Normas Contábeis Internacionais – *International Financial Reporting Standards* (IFRS), em que se obteve um grande avanço no cenário mundial (SOBRAL; MARINI, 2012). Com a adoção das IFRS, foram grandes as mudanças como, por exemplo, a possibilidade de se comparar demonstrações financeiras de diversos países sem nenhum tipo de perda de informações, que trouxeram maior eficácia e transparência na elaboração nos relatórios das informações financeiras (SOBRAL; MARINI, 2012).

Cunha et al. (2014) mostram que o processo de conversão cogitou em diversas alterações na forma de proceder com o reconhecimento no tratamento dos elementos do patrimônio e nos resultados das empresas. Dentre esses elementos, destaca-se para o grupo de ativo imobilizado, que tem por natureza de auxiliar a entidade na operação e conservação de suas atividades (CUNHA et al., 2014).

Em 2009, o Conselho Federal de Contabilidade (CFC), com a Resolução 1.177/09 aprovou a Norma Brasileira de Contabilidade Técnica Geral (NBC TG) 27 – Ativo Imobilizado (CARRARO; WOHLGEMUTH, 2014).

Com métodos mais simples e padronizados, a informação contábil sobre o imobilizado possibilita o investidor analisar as demonstrações contábeis de uma entidade de seu interesse verificando se suas demonstrações trazem informações claras e com transparência tendo assim maior confiabilidade para investimento.

1.1 PROBLEMA DE PESQUISA

Qual é o percentual de divulgação das empresas brasileiras de capital aberto listadas na BM&F Bovespa no que diz respeito ao CPC 27- Ativo Imobilizado?

1.2 OBJETIVOS

1.2.1 Objetivo geral

Verificar o percentual de divulgação das empresas brasileiras de capital aberto listadas na BM&F Bovespa quanto à aderência ao CPC 27- Ativo Imobilizado.

1.2.2 Objetivos específicos

Para atender o objetivo geral, foram estabelecidos os seguintes objetivos específicos:

- a) descrever a importância da divulgação de informações contábeis sobre Ativo Imobilizado;
- b) identificar os itens de divulgação obrigatória dispostos no CPC 27;
- c) apurar os percentuais de divulgação das empresas comparando-os por setor;
- d) verificar a evolução da divulgação de informações contábeis sobre o Ativo Imobilizado entre os anos estudados; e
- e) analisar se o tamanho da empresa influencia no percentual de divulgação.

1.3 JUSTIFICATIVA

O ativo imobilizado é um importante item de uma entidade, seu controle eficiente é primordial para a saúde econômica da empresa, traz facilidade na obtenção de recursos (VIVIANI et al., 2014).

Para Viviani et al. (2014) o ativo imobilizado está ligado direto ou indiretamente ao caixa da empresa, principalmente em empresas industriais onde esses itens fazem parte do operacional de sua atividade, com isso, uma demonstração fidedigna do seu imobilizado poderá mostrar a capacidade da entidade em assumir e cumprir compromissos, sendo vista com bons olhos pelos investidores que não querem correr riscos de perda de recursos.

Logo, justifica-se a presente pesquisa por analisar se a informação relativa ao Ativo Imobilizado está sendo divulgada da forma exigida pelo pronunciamento que orienta sua

divulgação o CPC 27- Ativo Imobilizado, a fim de mostrar aos usuários informações relevantes para a tomada de decisão.

Cunha et al. (2014) dizem que os ativos imobilizados são os bens fixos adquiridos ou produzidos pela entidade, não destinados à venda ou modificação no seu processo produtivo. No ativo imobilizado, são classificados os itens tangíveis, que são empregados nas operações normais da empresa, tendo uma vida útil aumentada por mais de um período social e que tenham um corpo físico (CUNHA et al., 2014).

Iudícibus et al. (2010) afirmam que sua principal característica é ser utilizado nas operações rotineiras da empresa e sua vida prolongada, habitualmente, além de qualquer tempo menor que o do período de capacidade operacional e cita como exemplos: os terrenos, edifícios, equipamentos, instrumentos e ferramentas, móveis e utensílios, moldes e veículos.

Após vasta pesquisa na literatura, verificou-se que a quantidade de pesquisas realizadas sobre o CPC 27 – Ativo Imobilizado é pequena, precisando de novas pesquisas que possam corroborar ou refutar os resultados anteriores, dando mais validade e confiabilidade aos resultados. Foram identificadas no Brasil somente 4 pesquisas sobre Ativo Imobilizado envolvendo o CPC 27, sendo que esta pesquisa não teve a intenção de esgotar o assunto ou publicações a respeito do tema.

Dentre as pesquisas encontradas, José Neto e Huppés (2012) investigaram a aplicação do CPC 27 – Ativo Imobilizado nas empresas do setor industrial listadas no Novo Mercado no ano de 2010, buscando verificar as alterações ocorridas pela adoção às orientações contidas no CPC 27 que entrou em vigor no ano citado. Constatando-se que, ao final do exercício de 2010, todas as empresas estudadas publicaram suas demonstrações de acordo com os padrões exigidos pelos principais órgãos reguladores, (tais como Conselho Federal de Contabilidade – CFC e Comissão de Valores Mobiliárias – CVM), incluindo o CPC 27, destacando, em notas explicativas, os principais tópicos das práticas contábeis utilizadas.

Sobral e Marini (2012) tratou dos impactos causados ao Ativo Imobilizado pelas IFRS no momento de sua adoção traz à tona as principais mudanças de forma explicativa e demonstrativa, além de apresentar as condições em que o Ativo Imobilizado encontrava-se com a antiga redação da Lei 6.404/76 (Lei das S/A), concluindo que a implantação das normas internacionais de contabilidade possibilitou aos países integrados que se encaixem em um mercado internacional de maneira igualitária, criando novas vertentes, melhor desempenho e adaptação em novos cenários econômicos.

Já Carraro e Wohlgemuth (2014) analisaram se uma empresa do setor industrial da Região do Vale dos Sinos adaptou suas contabilizações do imobilizado de acordo com o CPC 27 – Ativo Imobilizado, apontando, através de uma pesquisa bibliográfica, as principais mudanças a partir da adoção do CPC 27, concluindo que a empresa possui o seu ativo imobilizado de acordo com as novas regras internacionais, porém, preferiu não optar por avaliar os seus bens devido ao elevado custo.

Viviani et al. (2014) verificaram o processo de evidenciação das empresas do setor de Bens Industriais listadas na BM&FBovespa, após a convergência da contabilidade brasileira às IFRS, ou seja, de acordo com o CPC 27. Concluíram que as empresas analisadas estão atendendo, de maneira parcial, os requisitos de evidenciação dispostos no CPC 27, ressaltaram ainda que as informações básicas e possivelmente mais importantes para o usuário externo relativas à classe dos ativos e as taxas de depreciação, estão sendo evidenciadas.

Diante das poucas pesquisas existentes na literatura, a pesquisa é importante para mostrar como estão sendo divulgadas as informações referentes ao Ativo Imobilizado, se as empresas atendem ou não as orientações mínimas contidas no CPC 27 – Ativo Imobilizado; se as entidades estão conseguindo acompanhar as mudanças, buscando a conscientização das empresas a respeito da obrigação da divulgação das informações contidas no CPC 27 – Ativo Imobilizado; e oferecendo aos órgãos normatizadores e competentes (tais como Conselho Federal de Contabilidade – CFC e Comissão de Valores Mobiliárias – CVM) um *feedback* sobre o que está sendo divulgado e sobre o que não está sendo divulgado, para que possam, dependendo dos resultados, intensificar suas fiscalizações e autuações.

A pesquisa contribuirá, também, no sentido de analisar vários anos, o que possibilitará a comparação do percentual de divulgação não somente entre empresas e setores, mas também, para verificar se as empresas aumentaram ou não o seu percentual de divulgação exigida pelo CPC 27.

Os estudos ainda contribuirão em vários aspectos, tais como: para a academia (universidades), literatura, sociedade (visando ao bem-estar social) e pessoal (pesquisador), como segue.

Para a academia, a pesquisa mostra qual o tratamento está sendo dado aos ativos imobilizados, mostrando métodos mais usados, contribuindo para formação de profissionais mais preparados e atualizados no assunto. Já no que tange à literatura, o trabalho abre caminhos para novas pesquisas, nas quais encontrarão as brechas nas divulgações que trarão novas fontes de pesquisas.

No caso da sociedade, mostrar se as empresas estão seguindo as regras que lhe são impostas, dando transparência aos relatórios que serão de melhor compreensão no que diz respeito a informações contábeis. Com a busca em ter profissionais atualizados e cientes das alterações que regem as demonstrações contábeis, que deem devido tratamento, poderão desse modo, dar a aplicabilidade devida nas empresas, trazendo-as, o mais próximo possível, das exigências contábeis atuais.

Os estudos contribuirão para o enriquecimento do desempenho do entendimento no assunto e ajudará na verificação se as empresas estão com suas divulgações de acordo, com o CPC 27- Ativo Imobilizado.

1.4 DELIMITAÇÃO DA PESQUISA

Esta pesquisa delimita-se ao estudo das divulgações de informações contábil-financeiras exigidas pelo CPC 27 – Ativo Imobilizado pelas empresas brasileiras de capital aberto listadas na BM&F Bovespa.

2 PLATAFORMA TEÓRICA

Neste capítulo, abordaram-se os conceitos de ativo imobilizado, a diferenciação de informações obrigatórias de informações voluntárias, sendo tratado também sobre a importância da divulgação contábil para investidores e credores, e sobre as divulgações obrigatórias contidas no Pronunciamento Técnico CPC 27- Ativo Imobilizado.

2.1 DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

Segundo Macêdo et al. (2008), as informações contábeis proporcionam aos seus usuários uma alteração de seu conhecimento em relação ao fenômeno contábil, auxilia, dessa forma, no conflito distributivo e na resolução dos problemas a que se propõe a ciência contábil, por fim, ratificando ou alterando opiniões acerca desse fenômeno. A informação contábil pode ser divulgada por diversos meios: como demonstrações contábeis; escrituração ou registros permanentes; documentos; livros, notas explicativas; pareceres; laudos; descrições críticas e qualquer outro meio de analisar ou comparar exigido pela legislação (MACÊDO et al., 2008).

Conforme CPC 26 R1 (2011), demonstrações contábeis são aquelas que têm o propósito de atender às necessidades de informação dos usuários externos que não possuem condições de pedir relatórios específicos para atender suas necessidades próprias, sendo elas: obrigatórias ou voluntárias.

Segundo Umpierre e Ott (2010), as informações são especificadas pelo conjunto de demonstrações contábeis reguladas pela Lei 6.404/76 e suas alterações, e pela CVM. As demonstrações contábeis obrigatórias para as companhias de capital aberto são: Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado do Exercício, Demonstração de Lucros ou Prejuízos Acumulados, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Demonstração dos Fluxos de Caixa, Demonstração do Valor Adicionado e Notas Explicativas. As empresas devem apresentar, ao final de cada exercício, o Relatório com o Parecer dos Auditores Independentes, o Parecer do Conselho Fiscal e demais documentos relevantes.

Conforme Umpierre e Ott (2010), as informações voluntárias são todas aquelas que não estão compreendidas no objetivo das informações obrigatórias que devem ser divulgadas pelas empresas.

Essas informações são divulgadas com a intenção de apresentar uma maior transparência ao mercado e, conseqüentemente, aos analistas e investidores (UMPIERRE; OTT, 2010). Sendo assim, o conjunto de informações, obrigatórias e voluntárias, reveladas pela contabilidade auxilia na redução da ausência de informação que se dá em função de um maior volume e qualidade das informações divulgadas pelas empresas, o que permite que os usuários tenham mais números de informações, passando a ter maior segurança e confiança nas demonstrações apresentadas (UMPIERRE; OTT, 2010).

Silva (2014) afirma que a contabilidade procura atender uma diversificação de usuários com as várias informações, tendo, na divulgação, seu principal meio de comunicação com o público.

Ainda segundo Silva (2014), por mais que se tenha padrões contábeis que exijam determinadas informações, sua divulgação não é discutida de forma mais profunda, até porque, no mercado, vários interesses discordam do que é realmente necessário divulgar em suas demonstrações.

Os pronunciamentos contábeis emitidos pelo CPC explicitam o que deve ser divulgado como informações contábil-financeiras. No entanto, conforme CPC 00 R1 Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro, esses pronunciamentos definem que as informações exigidas por tais normas são feitas para atender aos anseios dos investidores e potenciais investidores e também para credores, esclarecendo que essas informações podem ser utilizadas para os demais tipos de usuários, contudo, não são feitas com foco neles.

Assim, esta pesquisa abordará somente divulgação de informações contábeis obrigatórias, especificadamente as informações contábeis de divulgação obrigatória constante do CPC 27 – Ativo Imobilizado.

2.2 DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÕES CONTÁBEIS SOBRE O ATIVO IMOBILIZADO

Nesta seção, serão relatados o conceito de ativo imobilizado, a relevância da divulgação de informações sobre ativo imobilizado para os usuários externos, e ainda serão abordados aspectos como mensuração, reconhecimento, e divulgação de acordo com o CPC 27.

2.2.1 Ativo imobilizado e a relevância da divulgação de informações sobre o ativo imobilizado para Usuários Externos

Segundo a Lei 11.638, de 28 de dezembro de 2007, o ativo imobilizado são todos os bens destinados à manutenção das operações das entidades e também os que transferem os benefícios, riscos e controle desses bens à entidade (BRASIL, 2007).

Segundo Camargo et al. (2015), o ativo imobilizado é todo bem tangível que tenha expectativa de gerar retorno financeiro futuro à entidade e com uma vida útil estimada de mais de um período contábil e que a entidade tenha o controle econômico do bem. O ativo imobilizado, habitualmente, representa grande parte dos ativos de empresas industriais e de agronegócio que, em modo geral, são representados por: equipamentos, parques industriais, maquinário agrícola e propriedades (CAMARGO et al., 2015).

Segundo Vargas (2012), a aplicação das informações prestadas pelo controle do patrimônio mostra a situação econômico-financeira, ajudando, assim, na tomada de decisão da entidade, no que diz respeito a novos investimentos, mostrando sua capacidade de produção, gerando receitas, aumentando assim seu caixa no caso do setor industrial e para outras entidades como comércios, prestadoras de serviço e outros, o valor de seu patrimônio, mostrar a capacidade de arcar com os compromissos.

Nesse sentido, as informações contábil-financeiras geradas pelo ativo imobilizado são divulgadas buscando sanar a necessidade de informação dos usuários dessas informações.

Oliveira, Silva e Zuccari (2010) relatam que, no ponto de vista contábil, usuários são as pessoas físicas, jurídicas, órgãos governamentais e demais entidades, que usam a contabilidade para obter informações, os quais se interessam pela situação econômico-financeira da empresa e busca nos relatórios contábeis base para a tomada de decisão. Os usuários das informações

contábeis podem ser divididos em: usuários internos e usuários externos (OLIVEIRA; SILVA; ZUCCARI, 2010).

Segundo Oliveira, Silva e Zuccari (2010), usuário externo é aquele que irá trabalhar com as demonstrações contábil-financeiras divulgadas pela entidade, pois não tem acesso às informações internas da empresa. Ainda segundo Oliveira, Silva e Zuccari (2010), sob o ponto de vista do usuário externo, quanto mais as demonstrações contábil-financeiras se referirem à exploração de tendências futuras, maior será a sua utilização, pois terão uma maior segurança para investir ou até mesmo financiar recursos.

Assim, quando o usuário externo recebe informações contemplando, por exemplo, o valor recuperável do ativo imobilizado, o tempo em que a empresa pretende utilizar este ativo imobilizado, o valor que receberá, ao final desse período de utilização pela empresa, o valor depreciado e a depreciar, são informações consideradas relevantes, uma vez que refletem a responsabilidade da empresa em mantê-lo informado, dando base para que possam tomar a melhor decisão possível.

Informações contábil-financeiras sobre o ativo imobilizado podem atualizar o usuário sobre as condições em que se encontram este ativo e o que podem produzir ou por quanto tempo produzir, por exemplo, dando condições a esse usuário para que possa utilizar essas informações em projeções futuras do quanto gerarão de caixa para a empresa (CPC 27, 2009).

Nas seções seguintes, são abordados a mensuração e o reconhecimento, bem como a divulgação do ativo imobilizado, tudo de acordo com a norma CPC 27.

2.3 CPC 27 – ATIVO IMOBILIZADO

O ativo imobilizado é considerado um bem que será mantido por uma empresa para que possa ser usado nas operações de fornecimento de mercadorias, prestações de serviços, locações ou administrativa que serão usados por mais de um ano nas empresas.

Segundo o CPC 27 (2009), o ativo imobilizado é item tangível mantido para o operacional da entidade, seja fornecendo: mercadorias, produtos, serviços, para aluguel, para fins administrativos e que será utilizado por mais de um período.

Existem alguns critérios a serem seguidos para o reconhecimento do custo de um ativo imobilizado, o CPC 27 traz que o ativo imobilizado deve ser reconhecido como ativo apenas se

gerará benefícios econômicos futuros para a entidade; e se seu custo puder ser determinado confiavelmente (CPC 27, 2009).

De acordo com o CPC 27 (2009), a entidade reconhece todos os seus custos de ativos imobilizados no momento em que eles são incorridos. Esses custos incluem: custos incorridos inicialmente para adquirir ou construir um item do ativo imobilizado, e os custos incorridos, posteriormente para renová-lo, substituir suas partes, ou dar manutenção ao mesmo.

O CPC 27(2009) fala sobre a necessidade da aplicação de julgamentos ao reconhecer as circunstâncias específicas da entidade, individualizando os itens com valores irrelevantes, como por exemplo: moldes, ferramentas e bases utilizando o critério do valor do conjunto.

Ainda o CPC 27 (2009) cita que a entidade utiliza esse princípio de reconhecimento para mensurar todos os custos no momento em que eles ocorrem, incluindo a esses custos os iniciais para obter ou construir o item do ativo e os custos que ocorrerem para sua reforma, manutenção ou substituição de partes desse ativo.

O ativo imobilizado deve ser reconhecido pelo seu valor de custo, sendo que o custo de um bem do ativo imobilizado corresponde a seu preço original de quando é adquirido, acrescido dos impostos depois de deduzidos os descontos e abatimentos (CPC 27, 2009).

Quaisquer outros custos diretamente atribuíveis na instalação do ativo imobilizado no local e condição para que seja capaz de operar de acordo com a pretensão da administração e a suposição inicial dos custos para desmontar e remover o bem e consertos do local onde este está localizado devem ser ativados, ou seja, fazer parte dos custos iniciais do ativo imobilizado (CPC 27, 2009). Os gastos para desmontar e remover o bem e conserto do local onde está localizado são obrigações que a entidade tem quando o bem é adquirido ou irá utilizá-lo durante um certo tempo com finalidades diferentes da produção de estoque durante esse tempo (CPC 27, 2009).

Segundo CPC 27 (2009), existem alguns custos que não são considerados do ativo imobilizado como: custos de abertura de nova instalação; custos incorridos na introdução de novo produto ou serviço; custos da transferência das atividades para novo local ou para nova categoria de clientes; e custos administrativos e outros custos indiretos.

Segundo CPC 27 (2009), a entidade poderá utilizar o método de reavaliação do ativo optando pelo método de custo ou pelo método de reavaliação. No entanto, a Lei 11.638/07 não permite que o método de reavaliação de ativos imobilizados seja utilizado no Brasil, com

exceção quando da aplicação do CPC 27 pela primeira vez ou quando da aquisição de empresa (nesse caso, o patrimônio da empresa adquirida poderá ser reavaliado a valor justo).

2.3.1 Depreciação, valor depreciável e vida útil do ativo imobilizado

Depreciação é o desgaste físico que o bem sofre com o decorrer do tempo, ou mesmo por outros fatores, tais como: obsolescência, utilização acelerada ou não, perda da capacidade produtiva, dentre outros. Todo item do ativo imobilizado que possua vida útil definida deverá sofrer depreciação.

Para o CPC 27 (2009), cada elemento de um item do ativo imobilizado que tenha o custo relevante ao ser comparado com seu custo total deve ser depreciado separadamente. Por exemplo, “depreciar separadamente a estrutura e os motores de aeronave, seja ela de propriedade da entidade ou obtida por meio de operação de arrendamento mercantil financeiro” (CPC 27, 2009, p. 11). O item deve ser depreciado conforme sua vida útil e a depreciação do período deve ser reconhecida no resultado a menos que seja incluída no valor contábil de um outro item como, por exemplo, no custo da mercadoria vendida (CPC 27, 2009).

Segundo o CPC 27 (2009), valor residual de um ativo é o valor que a entidade considera obter com a alienação do ativo, após diminuição das despesas previstas com a venda, no final de sua vida útil.

Vida útil é o período no qual a entidade espera utilizar o ativo, ou o quanto ela produzirá, ou quantidades de produtos semelhantes que a entidade espera obter pela utilização do ativo (CPC 27, 2009). A previsão da vida útil do ativo é uma questão de julgamento da entidade baseada na sua experiência com ativos que se assemelham (CPC 27, 2009).

O valor residual e a vida útil de um ativo devem ser revisados pelo menos uma vez ao ano, no final de cada exercício, e se houver expectativas diferentes das estimativas anteriores, deve-se contabilizar essa alteração como mudança de estimativa contábil, segundo o Pronunciamento Técnico CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro (CPC 27, 2009).

O CPC 27 (2009) normatiza que o valor a ser depreciado de um ativo é deliberado após a redução do seu valor residual que, geralmente, não é relevante sendo imaterial para o cálculo do valor a ser depreciado. Esse valor residual pode ser aumentado tornando-se um valor igual

ou maior que o valor contábil do bem, sendo assim, a despesas com depreciação será zero (CPC 27, 2009).

Conforme CPC 27 (2009), a depreciação do ativo se inicia quando este está disponível para uso e cessa quando o ativo é classificado para venda ou é baixado, a depreciação do ativo não se encerra quando ele diminui sua capacidade de produção a não ser que seja totalmente depreciado. Apesar dos métodos de depreciação pelo uso dizer que o custo com a depreciação zera quando não houver produção (CPC 27, 2009).

Segundo CPC 27 (2009), o método de depreciação que a entidade utiliza reflete, no padrão que se consome, os benefícios econômicos futuros.

Deverá ser revisado pelo menos uma vez no ano, no final do exercício para constatação de alterações relevantes no padrão de consumo estimado em se tratando de método de depreciação (CPC 27, 2009). Essa alteração deve ser contabilizada como mudança no valor estimado, seguindo orientações do Pronunciamento Técnico CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro (CPC 27, 2009).

São diversos os métodos de depreciação que a entidade poderá utilizar para adequar de forma ordenada o valor depreciável de um ativo ao longo da sua vida útil (CPC 27, 2009). Nesses métodos, estão inclusos o método da linha reta, o método dos saldos decrescentes e o método de unidades produzidas (CPC 27, 2009). O método dos saldos decrescentes resulta em despesa que diminuem durante a vida útil. O método de unidades produzidas resulta em despesa baseada na produção esperada (CPC 27, 2009). A empresa deverá escolher o método que melhor se enquadra na forma do consumo dos benefícios econômicos futuros esperados acionados no ativo, aplicando entre períodos, quando não haver mudanças nessa forma (CPC 27, 2009).

Com relação à receita gerada pela atividade, não poderá ser utilizado o método de depreciação pela receita, que abrange o uso de ativo por refletir em outros fatores, pois além do consumo dos benefícios econômicos do ativo, o preço da receita pode ser modificado pela inflação, o que não influencia na vida útil do ativo (CPC 27, 2009).

O *Impairment Test* é um método utilizado para dar o devido valor à perda de valor recuperável de um ativo (ZANDONAI; BORBA, 2009). Tem como objetivo garantir que os ativos da entidade não estejam informados por um valor maior do que possa recuperar, fazendo sua mensuração de redução ao valor recuperável (CPC 01 (R1), 2010).

Os ativos devem ser avaliados no final de cada período, na existência de qualquer indício de que o ativo teve perda em seu valor. Considera como indicadores da perda de valores dos ativos, o CPC 01 avalia fontes de informações consideradas em fontes externas e as internas (ARRUDA, 2013).

Segundo Arruda (2013), entre os dados externos destacam-se: um ativo que seu valor de mercado diminuiu mais do que o esperado, por motivo do tempo e utilização; se houver mudanças relevantes no ambiente tecnológico; se os juros subiram a ponto de afetar a taxa de desconto que são utilizadas no cálculo da mensuração do ativo em uso e, ainda, se o valor do ativo contábil líquido for maior que seu valor de mercado.

2.3.2 Divulgação

O CPC 27 (2009) afirma que cada classe de ativo imobilizado deve divulgar, nas demonstrações contábil-financeiras, os métodos de avaliação aplicados para definir o valor contábil bruto, quais os métodos de depreciação utilizados, a vida útil de cada item ou taxas utilizadas, o valor contábil bruto no início e no final do período, as conciliações dos valores contábeis do início e final do período, demonstrando as adições dos ativos classificados para venda em um grupo específico de classificados ou para venda de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 31 – Ativo Não Circulante Mantido para Venda e Operação Descontinuada e outras baixas.

Devem ser divulgadas também, além das aquisições por meio de combinação de negócios, os aumentos e reduções de reavaliações e perdas por redução do valor recuperável conforme o Pronunciamento Técnico CPC01– Redução ao Valor Recuperável de Ativos (CPC 27, 2009).

De acordo com o CPC 27, deve-se divulgar informações acerca das provisões para perdas de ativos reconhecidas no resultado, as reversões de perda por redução ao valor recuperável ajustada no resultado de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos; as depreciações entre outras alterações.

O CPC 27 (2009) normatiza também que devem ser divulgadas nas demonstrações contábeis: a) a existência e os valores contábeis de ativos cuja titularidade é restrita, como os ativos imobilizados formalmente ou na essência oferecidos como garantia de obrigações e os adquiridos mediante operação de *leasing*; b) o valor dos gastos reconhecidos no valor contábil

de um item do ativo imobilizado durante a sua construção; c) o valor dos compromissos contratuais advindos da aquisição de ativos imobilizados, e se não for divulgada separadamente no corpo da demonstração do resultado, o valor das indenizações de terceiros por itens do ativo imobilizado que tenham sido desvalorizados, perdidos ou abandonados, incluído no resultado.

A respeito dos métodos de depreciação e estimativa da vida útil do bem o CPC 27 (2009) afirma que a escolha do método de depreciação e a estimativa da vida útil dos ativos são questões de julgamento. As estimativas das vidas úteis ou das taxas de depreciação fornecem aos usuários das demonstrações contábeis informações que lhes permitem revisar as políticas selecionadas pela administração e facilita comparações com outras entidades (CPC 27, 2009). Com isso, é necessário divulgar a depreciação, quer reconhecida no resultado, quer como parte do custo de outros ativos, durante o período; e a depreciação acumulada no final do período (CPC 27, 2009).

O CPC 27 (2009) cita no item 76 que, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, a entidade deve divulgar a natureza e o efeito mudança de uma estimativa contábil em que teve impacto no período corrente ou em períodos futuros. Em relação aos ativos imobilizados, tal divulgação pode resultar de mudanças de estimativas relativas a valores residuais, custos estimados de desmontagem, remoção ou restauração de itens do ativo imobilizado, vidas úteis e métodos de depreciação (CPC 27, 2009).

De acordo com o CPC 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos, a entidade deve divulgar informações sobre ativos imobilizados que tiveram seus valores reduzidos por conta da aplicação do teste de recuperabilidade, o qual compara o valor contábil líquido do ativo imobilizado com o valor que poderá ser recuperado através da venda ou através do uso, e se, esse valor recuperável for menor que o valor contábil líquido, então deve-se reconhecer uma perda de valor a este ativo imobilizado.

O CPC 27 (2009) exige ainda a divulgação do valor contábil do ativo imobilizado que esteja provisoriamente não sendo utilizado; o valor contábil bruto de qualquer ativo imobilizado que já foi totalmente depreciado que esteja ainda em operação ou ativos imobilizados classificados como mantidos para venda de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 31 – Ativo Não Circulante Mantido para Venda e Operação Descontinuada e o valor justo do ativo imobilizado quando este for fisicamente diferente do valor contábil apurado pelo método do custo.

São informações relevantes para os usuários das demonstrações contábeis. Por isso, as entidades são estimuladas a divulgar esses valores CPC 27 (2009).

2.4 FATORES QUE INFLUENCIAM A DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

Os fatores que são determinantes para divulgações contábeis está o seu tamanho, ou seja, supõe-se que as empresas que são consideradas maiores possuem divulgações de informações também maiores (MURCIA, 2009).

Para identificar, produzir e divulgá-la a informação contábil é o processo que auxilia os usuários nas tomadas de decisões, sejam com informações obrigatórias ou de âmbito voluntário, ambas exercem papel de facilitar o entendimento dos usuários (MURCIA, 2009).

Segundo Murcia (2009), a variável tamanho está positivamente ligada a quantidade e qualidade das informações contábeis divulgadas. Para Murcia (2009), as empresas maiores geralmente possuem operacional mais complexa, com maior variedade de clientes, fornecedores e investidores, o que traz a necessidade de maiores níveis de divulgações referentes a suas atividades.

Seguindo esse raciocínio, as grandes empresas possuem funcionários mais qualificados, tendo assim, um departamento contábil maior, onde se permite divulgações mais completas de suas operações (MURCIA, 2009).

3 PROCEDIMENTOS E MÉTODOS

Segundo Prodanov e Freitas (2013), metodologia é o uso dos métodos e técnicas que devem ser verificados para a concepção do conhecimento, com o intuito de mostrar sua validade e eficiência nos vários setores da sociedade.

Nessa parte do trabalho, foram discutidos os procedimentos que serão necessários para o desenvolvimento da pesquisa empírica, a formulação dessa etapa tem como proposto mostrar como serão alcançados os objetivos e trazer uma resposta ao problema de pesquisa.

3.1 CLASSIFICAÇÃO DA PESQUISA

A pesquisa se classifica como descritiva, pois tem como objetivo descrever as características de uma determinada população ou fenômeno, utilizando técnicas de coleta de dados (GIL, 2008).

Para Prodanov e Freitas (2013), o estudo é de cunho bibliográfico devido a se basear em normas, artigos, monografias, livros, internet, todos já publicados.

A abordagem do problema de pesquisa é qualitativa por tirar conclusões obtidas de informações que são dignas de crédito sustentáveis, com garantias e capaz de ter explicações alternativas (GIL, 2008). E quantitativa, por ser realizada através das informações divulgadas na BM&FBOVESPA. Com isso, sendo possível analisar os índices das informações prestadas (PRODANOV; FREITAS, 2013).

O método utilizado foi o dedutivo, devido ao embasamento em leis, princípios, teorias, com o objetivo de explicar o conteúdo pesquisado (PRODANOV; FREITAS, 2013).

A técnica de coleta de dados utilizada na pesquisa é a indireta, por se basear em documentos e bibliografias já existentes (PRODANOV; FREITAS, 2013).

3.2 POPULAÇÃO, AMOSTRA E PERÍODO DE ESTUDO

A população deste projeto compreende as empresas brasileiras de capital aberto nas quais suas divulgações estão listadas na BM&FBOVESPA, em que o tipo de amostra utilizado

na elaboração deste projeto foi amostra não probabilística intencional (PRODANOV; FREITAS, 2013).

A população a ser estudada nesta pesquisa, refere-se à todas as empresas listadas na BM&FBOVESPA. A população é composta por 524 companhias, listadas em todos os setores da BM&FBOVESPA. Para compor a amostra foi feita a escolha por setores sendo 29 do setor de bens industriais, e 23 do setor de construção e transportes. O total da amostra equivale a 10% (52empresas) da população.

Foram retiradas da amostra 9 (nove) empresas, por não conterem relatórios divulgados nos 5 anos a serem estudados, pois se as empresas não apresentam todos os relatórios de todos os anos a serem estudados podem gerar percentuais médios que não representam adequadamente os dados reais, uma vez que há a utilização de médias, estas podem ser contaminadas para mais ou para menos com a existência de *outliers*. Desse modo, a amostra pesquisada resultou em 43 (quarenta e três) empresas. As empresas foram escolhidas pelo setor de atuação bens industriais e do setor de construção e transportes, conforme Quadro 1.

QUADRO 1 - Empresas componentes da amostra

Nome das empresas	Segmentos
MINASMÁQUINAS S.A.	Material de Transporte
WLM - INDÚSTRIA E COMÉRCIO S.A.	Material de Transporte
METALFRIO SOLUTIONS S.A.	Equipamentos Elétricos
FORJAS TAURUS S.A.	Armas e Munições
ELECTRO AÇO ALTONA S.A.	Máq. e Equip. Construção e Agrícolas
METISA METALÚRGICA TIMBOENSE S.A.	Máq. e Equip. Construção e Agrícolas
BAUMER S.A.	Máq. e Equip. Hospitalares
BARDELLA S.A. INDÚSTRIAS MECÂNICAS	Máq. e Equip. Industriais
INDÚSTRIAS ROMI S.A. INDS ROMI	Máq. e Equip. Industriais
KEPLER WEBER S.A.	Máq. e Equip. Industriais
NORDON INDÚSTRIAS METALÚRGICAS S.A.	Máq. e Equip. Industriais
LUPATECH S.A.	Motores . Compressores e Outros
SCHULZ S.A.	Motores . Compressores e Outros
WEG S.A.	Motores . Compressores e Outros
EMBRAER S.A.	Material Aeronáutico e de Defesa
COBRASMA S.A.	Material Ferroviário
FRAS-LE S.A.	Material Rodoviário
IOCHPE MAXION S.A.	Material Rodoviário
MARCOPOLO S.A.	Material Rodoviário
METALÚRGICA RIOSULENSE S.A.	Material Rodoviário
PLASCAR PARTICIPACOES INDUSTRIAIS S.A.	Material Rodoviário
RANDON S.A. IMPLEMENTOS E PARTICIPACOES	Material Rodoviário
	“...continua...”

	“Cont...”
WETZEL S.A.	Material Rodoviário
BROOKFIELD INCORPORAÇÕES S.A.	Construção Civil
CONSTRUTORA ADOLPHO LINDENBERG S.A.	Construção Civil
CR2 EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS S.A.	Construção Civil
CYRELA BRAZIL REALTY S.A.EMPREENDE E PART	Construção Civil
DIRECIONAL ENGENHARIA S.A.	Construção Civil
EVEN CONSTRUTORA E INCORPORADORA S.A.	Construção Civil
EZ TEC EMPREENDE. E PARTICIPACOES S.A.	Construção Civil
GAFISA S.A.	Construção Civil
JOAO FORTES ENGENHARIA S.A.	Construção Civil
MRV ENGENHARIA E PARTICIPACOES S.A.	Construção Civil
RODOBENS NEGOCIOS IMOBILIARIOS S.A.	Construção Civil
CCR S.A.	Exploração de Rodovias
CONC AUTO RAPOSO TAVARES S.A.	Exploração de Rodovias
CONC ECOVIAS IMIGRANTES S.A.	Exploração de Rodovias
CONC RIO-TERESOPOLIS S.A.	Exploração de Rodovias
CONC ROD.OESTE SP VIAOESTE S.A	Exploração de Rodovias
ECORODOVIAS CONCESSÕES E SERVIÇOS S.A.	Exploração de Rodovias
CONC RODOVIAS DO TIETÊ S.A.	Exploração de Rodovias
CONC ROTA DAS BANDEIRAS S.A.	Exploração de Rodovias
GOL LINHAS AEREAS INTELIGENTES S.A.	Transporte Aéreo

Fonte: Elaborado pela autora (2016), adaptado de BM&FBOVESPA (2016).

Após a amostra da pesquisa ser definida, foi feita a definição do período de estudo, optando-se por analisar as informações contábeis das empresas selecionadas, nos exercícios de 2011, 2012, 2013, 2014 e 2015.

A avaliação de percentuais de divulgação ao longo do tempo é importante quando permite analisar o comportamento das empresas nesse período, permitindo fazer observações mais completas, comparando a evolução na divulgação contábil da referida empresa.

3.3 INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS

A coleta de dados foi feita através de quesitos elaborados com base no CPC 27, e apresentados no Quadro 2.

QUADRO 2 - Instrumento de Coleta de Dados baseado no CPC 27 – Ativo Imobilizado

Item CPC -27	Quesitos/Itens
73	A empresa divulga os critérios de mensuração utilizados para determinar o valor contábil bruto?
73	A empresa divulga o método de depreciação utilizados?
73	A empresa divulga as vidas úteis utilizadas?
73	A empresa divulga as taxas de depreciação utilizadas?
73	A empresa divulga valor contábil bruto e a depreciação acumulada no início e no final do período?
73	A empresa divulga a conciliação do valor contábil no início e no final do período?
74	A empresa divulga o valor dos gastos reconhecidos no valor contábil de um item do ativo imobilizado durante a sua construção?
74	A empresa divulga o valor dos compromissos contratuais advindos da aquisição de ativos imobilizados?
74	A empresa divulga o valor das indenizações de terceiros por itens do ativo imobilizado que tenham sido desvalorizados, perdidos ou abandonados, incluído no resultado?
75	A empresa divulga os custos estimados de desmontagem, remoção ou restauração de itens do ativo imobilizado?
75	A empresa divulga os custos estimados de remoção de itens do ativo imobilizado?
75	A empresa divulga os custos estimados de restauração de itens do ativo imobilizado?

Fonte: Elaborado pela autora (2016).

Este questionário será utilizado para a coleta de dados para o levantamento dos percentuais médios de divulgação das empresas componentes da amostra.

4 RESULTADOS E ANÁLISES DE DADOS

As 43 empresas que permaneceram na amostra foram analisadas nos anos de 2011, 2012, 2013, 2014 e 2015, observando os critérios de divulgação dispostos no CPC 27 – Ativo Imobilizado (2009) conforme Quadro 3. Seguem abaixo, os resultados da análise de cada um dos itens componentes do instrumento de coleta de dados.

QUADRO 3 - Quantidade de divulgação por quesito e ano

Ano	Q1	Q2	Q3	Q4	Q5	Q6	Q7	Q8	Q9	Q10	Q11	Q12	Total
2011	42	38	39	40	29	34	17	10	0	6	1	6	262
2012	42	38	40	41	30	36	15	11	0	5	1	6	265
2013	42	38	40	41	31	36	17	10	0	7	1	7	270
2014	42	38	41	40	31	36	17	11	0	8	1	7	272
2015	42	38	40	40	30	36	17	11	0	9	1	9	273
Total	210	190	200	202	151	178	83	53	0	35	5	35	1342

Fonte: elaborado pela autora (2016).

No Quadro 3, está contido a quantidade de empresas que divulgaram cada um dos quesitos nos cinco anos analisados. Nesse quadro, pôde-se observar quais os quesitos que foram mais divulgados e os que foram menos divulgados como, por exemplo, observa-se que o quesito 1, que fala sobre a mensuração utilizados para determinar o valor contábil bruto, foi divulgado mais vezes, em todos os anos analisados. Todos os anos obtiveram a mesma frequência de divulgação.

Colocando na sequência dos quesitos mais divulgados para os menos divulgados, temos o Quadro 4, o qual segue abaixo, onde o 1º e o 2º quesitos foram os mais divulgados, e os últimos quesitos ocupando a 10ª a 12ª posição no quadro, foram os menos divulgados enquanto o 9º quesito não houve nenhuma divulgação.

QUADRO 4 - Ranking de frequência de divulgação por quesito

Ranking	Quesitos
1º	Quesito 1 -mensuração utilizada para determinar o valor contábil bruto.
2º	Quesito 4– divulgação das taxas de depreciação utilizadas.
3º	Quesito 3–divulgação das vidas úteis utilizadas.
4º	Quesito 2– divulgação do método de depreciação utilizados.
5º	Quesito 6–divulgação da conciliação do valor contábil no início e no final do período.
6º	Quesito 5 – divulgação do valor contábil bruto e a depreciação acumulada no início e no final do período.
7º	Quesito 7–divulgação do valor dos gastos reconhecidos no valor contábil de um item do ativo imobilizado durante a sua construção.
8º	Quesito 8–divulgação do valor dos compromissos contratuais advindos da aquisição de ativos imobilizados.
9º	Quesito 10 e 12–divulgação dos custos estimados de desmontagem, remoção ou restauração de itens do ativo imobilizado e divulgação dos custos estimados de restauração de itens do ativo imobilizado.
10º	Quesito 11–divulgação dos custos estimados de remoção de itens do ativo imobilizado.
11º	Quesito 9–divulgação do valor das indenizações de terceiros por itens do ativo imobilizado que tenham sido desvalorizados, perdidos ou abandonados, incluído no resultado.

Fonte: elaborado pela autora (2016).

No Quadro 5, pode-se verificar os percentuais médios de divulgação de cada quesito durante o período estudado, ou seja, 2011, 2012, 2013, 2014 e 2015.

QUADRO 5 - Percentuais médios de divulgação por quesito e ano

Ano	Q1	Q2	Q3	Q4	Q5	Q6	Q7	Q8	Q9	Q10	Q11	Q12	Total
2011	98%	88%	91%	93%	67%	79%	40%	23%	0%	14%	2%	14%	51%
2012	98%	88%	93%	95%	70%	84%	35%	26%	0%	12%	2%	14%	51%
2013	98%	88%	93%	95%	72%	84%	40%	23%	0%	16%	2%	16%	52%
2014	98%	88%	95%	93%	72%	84%	40%	26%	0%	19%	2%	16%	53%
2015	98%	88%	93%	93%	70%	84%	40%	26%	0%	21%	2%	21%	53%

Fonte: elaborado pela autora (2016).

Observando o Quadro 5, nota-se que, dentre quase todas as empresas analisadas, que os quesitos 1, 2, 3 e 4 foram os mais divulgados. Estes quesitos obtiveram entre 93 e 98% de

divulgação, vale ressaltar que o quesito 1 teve 98% em todos os anos de divulgação, nenhum quesito obteve 100% de divulgação em nenhum dos anos analisados. Somente o quesito 9 não foi divulgado por nenhuma das empresas analisadas em todos os anos analisados.

No Quadro 6 verificou-se a porcentagem anual dos 12 quesitos analisados durante o período estudado, ou seja, 2011, 2012, 2013, 2014 e 2015.

QUADRO 6 - Porcentagem anual dos 12 quesitos analisados

Ano	Total de Possíveis Divulgações	Total Divulgado Ano	Porcentagem
2011	516	262	51%
2012	516	265	51%
2013	516	270	52%
2014	516	272	53%
2015	516	273	53%
Total	2580	1342	52%

Fonte: elaborado pela autora (2016).

Considerando que foram 43 empresas analisadas em 12 quesitos, em cada ano teria um total de 516 divulgações possíveis, (43x12), caso todas as empresas tivessem divulgado todos os quesitos. Porém como não foi isso que aconteceu, verificando a porcentagem divulgada no ano, tem-se os valores representados no quadro acima. Concluiu-se que mais da metade de divulgações possíveis foram divulgados, no entanto somente do ano de 2013 para 2014 houve aumento nas divulgações, enquanto de 2011 para 2012, não houve aumento e de 2014 para 2015 também mantiveram seus níveis de divulgações.

No Quadro 7 foram apresentadas as quantidades médias de divulgação das empresas por ano.

QUADRO 7 - Quantidade média de divulgação por ano

	2011	2012	2013	2014	2015	Média
Total Divulgado por ano	262	265	270	272	273	268,4

Fonte: elaborado pela autora (2016).

Com os totais de divulgações nos anos analisados, foram 262, 265, 270, 272 e 273 respectivamente, calculando a média de divulgação, obtive-se o resultado de 268,4 divulgações anuais.

Observando a quantidade divulgada em cada ano separadamente, verifica-se que do 4º (quarto) e o 5º (quinto) ano, o aumento de um ano para outro foi pequeno, mas o 1º (primeiro) para o 3º (terceiro) ano, o aumento da quantidade divulgada foi maior em comparação com os outros anos. Percebe-se que houve uma evolução na quantidade de quesitos divulgados entre os anos 2011 e 2015, sendo de 11 quesitos a mais, ou seja, em 2011 a quantidade de quesitos divulgados foram 262 e em 2015 foram de 273.

No Quadro 8, observa-se o percentual médio de divulgação por empresa e por ano estudado, seguido da média total dos anos por empresa.

QUADRO 8 - Percentual médio de divulgação por empresa e por ano

Empresas Selecionadas	2011	2012	2013	2014	2015	Média
MINAS MÁQUINAS S.A.	42%	42%	42%	42%	42%	42%
WLM - INDÚSTRIA E COMÉRCIO S.A.	50%	50%	50%	50%	50%	50%
METALFRIO SOLUTIONS S.A.	58%	58%	58%	58%	58%	58%
FORJAS TAURUS S.A.	67%	75%	75%	75%	75%	73%
ELECTRO AÇO ALTONA S.A.	50%	50%	50%	58%	58%	53%
METISA METAL. TIMBOENSE S.A.	83%	83%	83%	83%	83%	83%
BAUMER S.A.	17%	17%	17%	17%	17%	17%
BARDELLA S.A. IND. MECÂNICAS	67%	67%	67%	67%	67%	67%
INDÚSTRIAS ROMI S.A. INDS ROMI	67%	67%	67%	67%	67%	67%
KEPLER WEBER S.A.	67%	67%	67%	67%	67%	67%
NORDON IND. METALURGICAS S.A.	42%	42%	42%	42%	42%	42%
LUPATECH S.A.	67%	67%	67%	67%	83%	70%
SCHULZ S.A.	67%	67%	67%	67%	67%	67%
WEG S.A.	75%	75%	75%	75%	75%	75%
EMBRAER S.A.	67%	67%	67%	67%	67%	67%
COBRASMA S.A.	42%	42%	42%	42%	42%	42%
FRAS-LE S.A.	58%	58%	58%	75%	75%	65%
IOCHPE MAXION S.A.	75%	58%	67%	67%	67%	67%
MARCOPOLO S.A.	42%	42%	67%	67%	67%	57%
METALURGICA RIOSULENSE S.A.	58%	58%	58%	75%	75%	65%
PLASCAR PARTICIPACOES IND. S.A.	83%	83%	83%	83%	83%	83%
RANDON S.A. IMPLEMENTOS E PART.	67%	67%	67%	67%	67%	67%
WETZEL S.A.	50%	50%	50%	50%	50%	50%

“...continua...”

	"Cont..."					
BROOKFIELD INCORPORAÇÕES S.A.	33%	33%	33%	33%	33%	33%
CONST. ADOLPHO LINDENBERG S.A.	0%	0%	0%	0%	0%	0%
CR2 EMPREENDIMENTOS IMOB. S.A.	50%	50%	50%	50%	50%	50%
CYRELA BRAZIL REALTY S.A.	17%	50%	50%	50%	50%	43%
DIRECIONAL ENGENHARIA S.A.	50%	50%	50%	50%	50%	50%
EVEN CONST. E INCORPORADORA S.A.	42%	42%	42%	42%	42%	42%
EZ TEC EMPREEND. E PART.S.A.	50%	50%	50%	17%	17%	37%
GAFISA S.A.	50%	50%	50%	50%	50%	50%
JOAO FORTES ENGENHARIA S.A.	50%	50%	50%	50%	50%	50%
MRV ENGENHARIA E PART. S.A.	42%	42%	42%	42%	42%	42%
RODOBENS NEG. IMOBILIARIOS S.A.	42%	42%	50%	50%	50%	47%
CCR S.A.	42%	42%	42%	42%	42%	42%
CONC AUTO RAPOSO TAVARES S.A.	50%	50%	50%	50%	42%	48%
CONC ECOVIAS IMIGRANTES S.A.	42%	42%	42%	42%	42%	42%
CONC RIO-TERESÓPOLIS S.A.	50%	50%	50%	50%	50%	50%
CONC ROD.OESTE SP VIAOESTE S.A	42%	42%	42%	42%	42%	42%
ECORODOVIAS CONC. E SERV. S.A.	42%	42%	42%	42%	42%	42%
CONC RODOVIAS DO TIETÊ S.A.	42%	42%	42%	42%	42%	42%
CONC ROTA DAS BANDEIRAS S.A.	33%	33%	33%	33%	33%	33%
GOL LINHAS AEREAS INTELIG. S.A.	58%	58%	58%	67%	67%	62%

Fonte: elaborado pela autora (2016), adaptado de BM&FBOVESPA (2016).

Nota-se o quanto foi grande a diferença entre os percentuais que algumas empresas divulgaram em comparação a outras empresas. Enquanto as empresas METISA METAL. TIMBOENSE S.A e a empresa PLASCAR PARTICIPACOES IND. S. A que obteve 83% dos quesitos divulgados, a maior quantidade de requisitos divulgados, nos 5 (cinco) anos analisados, a empresa CONST. ADOLPHO LINDENBERG S. A não divulgou nenhum quesito durante os 5 anos analisados, assim esta empresa foi a que obteve o menor percentual de quesitos divulgados.

No Quadro 9, observam-se as 10 empresas que mais divulgaram e as 10 que menos divulgaram.

QUADRO 9 - Empresas que mais e empresas que menos divulgaram

Empresas que mais divulgaram	Total (%)	Empresas que menos divulgaram	Total (%)
METISA METALÚRGICA TIMBOENSE S.A.	83%	CCR S.A.	42%
PLASCAR PARTICIPACOES INDUSTRIAIS S.A.	83%	CONC ECOVIAS IMIGRANTES S.A.	42%
WEG S.A.	75%	CONC ROD. OESTE SP VIAOESTE S.A	42%
FORJAS TAURUS S.A.	73%	ECORODOVIAS CONCESSÕES E SERVIÇOS S.A.	42%
LUPATECH S.A.	70%	EVEN CONSTRUTORA E INCORPORADORA S.A.	42%
BARDELLA S.A. INDÚSTRIAS MECÂNICAS	67%	EZ TEC EMPREEND. E PARTICIPACOES S.A.	37%
INDÚSTRIAS ROMI S.A. INDS ROMI	67%	BROOKFIELD INCORPORAÇÕES S.A.	33%
KEPLER WEBER S.A.	67%	CONC ROTA DAS BANDEIRAS S.A.	33%
SCHULZ S.A.	67%	BAUMER S.A.	17%
EMBRAER S.A.	67%	CONST. ADOLPHO LINDENBERG S.A.	0%

Fonte: elaborado pela autora (2016), adaptado de BM&FBOVESPA (2016).

Como a maior quantidade de requisitos divulgados foi de 83% (oitenta e três por cento), dividiu-se este valor por 2 (dois) para definir quais foram as empresas que menos divulgaram e as empresas que mais divulgaram durante os anos analisados. A razão da divisão citada acima foi 41,5%, sendo assim, as 10 empresas que obtiveram a porcentagem de requisitos divulgados menos que 41,5% considera-se que ela está entre as empresas que menos divulgaram, e as 10 empresas que divulgaram mais que 41,5% requisitos, considera-se que esteja entre as que mais divulgaram.

No Quadro 10, observa-se o percentual médio de divulgação por setor.

QUADRO 10 - Percentual médio de divulgação por setor

Classificação	Número de empresas	Media de divulgação (%)
Indústria	23	61%
Construção	11	40%
Transportes	9	45%
Total	43	

Fonte: elaborado pela autora (2016).

Todas as 43 (quarenta e três) empresas pertencentes a amostra, são do setor Bens Industriais classificadas na BM&FBOVESPA, para se alcançar os objetivos propostos na pesquisa a classificação foi baseada nos subsetores da BM&FBOVESPA.

Nota-se que as empresas classificadas como indústrias obtiveram o maior índice de divulgação, em média, 61%, por concentrar um maior número de imobilizado que está diretamente ligado à produção de bens e serviços da empresa, esse maior índice de no sub-setor de indústria se dá pela concentração maior de ativo imobilizado, em que o imobilizado é determinante para o funcionamento da empresa, enquanto o de construção e de transportes ficaram entre 40% e 45%, respectivamente.

4.1 CLASSIFICAÇÃO DO PERCENTUAL MÉDIO DE DIVULGAÇÃO POR QUARTIS

Nesta seção, foi analisado o percentual de divulgação das empresas, classificando-o por categorias definidas através dos quartis.

No Quadro 12, foi demonstrado as escalas para classificação dos percentuais médios de divulgações calculados através do método de quartis.

QUADRO 11 - Percentuais para classificação da divulgação por quartis

Quartil	Escala de Percentuais	Classificação da Divulgação
Q1	De 0% a 42%	Ruim
Q2	De 42,01% a 50%	Regular
Q3	De 50,01% a 67%	Bom
Q4	De 67,01% a 100%	Ótimo

Fonte: Elaborado pela autora (2016).

Após o cálculo das escalas expostas no Quadro 11, pode se então efetuar a classificação dos percentuais médios de divulgação de cada empresa, conforme apresentado no Quadro 12.

QUADRO 12 - Classificação do nível de divulgação das empresas referente aos quartis

EMPRESAS SELECIONADAS	MÉDIA	QUARTIL	CLASSIFICAÇÃO
BARDELLA S.A. INDÚSTRIAS MECÂNICAS	67%	Q3	BOM
BAUMER S.A.	17%	Q1	RUIM
BROOKFIELD INCORPORAÇÕES S.A.	33%	Q1	RUIM
CCR S.A.	42%	Q1	RUIM
COBRASMA S.A.	42%	Q1	RUIM
CONC AUTO RAPOSO TAVARES S.A.	48%	Q2	REGULAR
CONC ECOVIAS IMIGRANTES S.A.	42%	Q1	RUIM
CONC RIO-TERESOPOLIS S.A.	50%	Q2	REGULAR
CONC ROD.OESTE SP VIAOESTE S.A	42%	Q1	RUIM
CONC RODOVIAS DO TIETÊ S.A.	42%	Q1	RUIM
CONC ROTA DAS BANDEIRAS S.A.	33%	Q1	RUIM
CONSTRUTORA ADOLPHO LINDENBERG S.A.	0%	Q1	RUIM
CR2 EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS S.A.	50%	Q2	REGULAR
CYRELA BRAZIL REALTY S.A.EMPREENDE E PART	43%	Q2	REGULAR
DIRECIONAL ENGENHARIA S.A.	50%	Q2	REGULAR
ECORODOVIAS CONCESSÕES E SERVIÇOS S.A.	42%	Q1	RUIM
ELECTRO AÇO ALTONA S.A.	53%	Q3	BOM
EMBRAER S.A.	67%	Q3	BOM
EVEN CONSTRUTORA E INCORPORADORA S.A.	42%	Q1	RUIM
EZ TEC EMPREENDE. E PARTICIPACOES S.A.	37%	Q1	RUIM
FORJAS TAURUS S.A.	73%	Q4	ÓTIMO
FRAS-LE S.A.	65%	Q3	BOM
GAFISA S.A.	50%	Q2	REGULAR
GOL LINHAS AEREAS INTELIGENTES S.A.	62%	Q3	BOM
INDÚSTRIAS ROMI S.A. INDS ROMI	67%	Q3	BOM
IOCHPE MAXION S.A.	67%	Q3	BOM
JOAO FORTES ENGENHARIA S.A.	50%	Q2	REGULAR
KEPLER WEBER S.A.	67%	Q3	BOM
LUPATECH S.A.	70%	Q4	ÓTIMO
MARCOPOLO S.A.	57%	Q3	BOM
METALFRIO SOLUTIONS S.A.	58%	Q3	BOM

“...continua...”

				“Cont...”
METALURGICA RIOSULENSE S.A.	65%	Q3		BOM
METISA METALÚRGICA TIMBOENSE S.A.	83%	Q4		ÓTIMO
MINASMÁQUINAS S.A.	42%	Q1		RUIM
MRV ENGENHARIA E PARTICIPACOES S.A.	42%	Q1		RUIM
NORDON INDÚSTRIAS METALURGICAS S.A.	42%	Q1		RUIM
PLASCAR PARTICIPACOES INDUSTRIAIS S.A.	83%	Q4		ÓTIMO
RANDON S.A. IMPLEMENTOS E PARTICIPACOES	67%	Q3		BOM
RODOBENS NEGOCIOS IMOBILIARIOS S.A.	47%	Q2		REGULAR
SCHULZ S.A.	67%	Q3		BOM
WEG S.A.	75%	Q4		ÓTIMO
WETZEL S.A.	50%	Q2		REGULAR
WLM - INDÚSTRIA E COMÉRCIO S.A.	50%	Q2		REGULAR

Fonte: Elaborado pela autora (2016), adaptado de BM&FBOVESPA (2016).

Na classificação por quartil, 14 empresas tiveram seus percentuais médios de divulgação classificados como ruins, pois tiveram um percentual de divulgação de 0 a 42 % dos quesitos; 10 empresas tiveram seus percentuais médios de divulgação classificados como regulares, por terem um percentual médio divulgado de 42,01% a 50% dos quesitos; 13empresas tiveram seus percentuais médios de divulgação classificados como bom, pois divulgaram uma média 50,01% a 67% quesitos e somente 5 das empresas tiveram seus percentuais médios de divulgação classificados como ótimos, pois as mesmas divulgaram em média 67,01% a 100%dos quesitos divulgados.

A média geral de divulgação dos 5 anos, foi de 52% analisados pelo método de quartil é classificado como Bom.

4.2 TAMANHO DA EMPRESA COMO FATOR QUE INFLUENCIA NA DIVULGAÇÃO

Nesta seção foram analisados os percentuais médios de divulgação pelo “tamanho da empresa”, observando o seu ativo total e realizado o cálculo de uma média para distinguir as maiores das menores.

QUADRO 13 - Determinação do “tamanho da empresa”

Nome da Empresa	Total do Ativo (Média)	Percentual de divulgação (Média)
METISA METALÚRGICA TIMBOENSE S.A.	R\$ 344.073.577,40	83%
EMBRAER S.A.	R\$ 26.598.172,40	67%
CCR S.A.	R\$ 15.906.475,80	42%
CYRELA BRAZIL REALTY S.A.EMPREENDE E PART	R\$ 13.602.374,20	43%
WEG S.A.	R\$ 10.832.975,00	75%
MRV ENGENHARIA E PARTICIPACOES S.A.	R\$ 10.535.464,20	42%
GOL LINHAS AEREAS INTELIGENTES S.A.	R\$ 10.133.146,20	62%
BROOKFIELD INCORPORAÇÕES S.A.	R\$ 8.597.805,60	33%
GAFISA S.A.	R\$ 8.145.366,40	50%
IOCHPE MAXION S.A.	R\$ 5.700.250,80	67%
RANDON S.A. IMPLEMENTOS E PARTICIPACOES	R\$ 4.661.050,20	67%
EVEN CONSTRUTORA E INCORPORADORA S.A.	R\$ 4.416.864,60	42%
MARCOPOLO S.A.	R\$ 4.097.694,80	57%
ECORODOVIAS CONCESSÕES E SERVIÇOS S.A.	R\$ 3.860.057,20	42%
DIRECIONAL ENGENHARIA S.A.	R\$ 3.351.130,40	50%
JOAO FORTES ENGENHARIA S.A.	R\$ 2.819.157,60	50%
CONC ROTA DAS BANDEIRAS S.A.	R\$ 2.731.935,60	33%
EZ TEC EMPREENDE. E PARTICIPACOES S.A.	R\$ 2.694.667,60	37%
CONC AUTO RAPOSO TAVARES S.A.	R\$ 2.021.243,60	48%

“...continua...”

				“Cont...”
RODOBENS NEGOCIOS IMOBILIARIOS S.A.	R\$	1.922.408,20	47%	
CONC ECOVIAS IMIGRANTES S.A.	R\$	1.453.826,00	42%	
CONC ROD.OESTE SP VIAOESTE S.A	R\$	1.391.218,60	42%	
LUPATECH S.A.	R\$	1.269.568,40	70%	
CONC RODOVIAS DO TIETÊ S.A.	R\$	1.193.015,40	42%	
INDÚSTRIAS ROMI S.A. INDS ROMI	R\$	1.142.255,20	67%	
METALFRIO SOLUTIONS S.A.	R\$	1.092.591,60	58%	
FORJAS TAURUS S.A.	R\$	1.082.965,60	73%	
SCHULZ S.A.	R\$	932.784,60	67%	
FRAS-LE S.A.	R\$	905.037,80	65%	
BARDELLA S.A. INDÚSTRIAS MECÂNICAS	R\$	798.874,60	67%	
WLM - INDÚSTRIA E COMÉRCIO S.A.	R\$	707.833,00	50%	
KEPLER WEBER S.A.	R\$	707.817,40	67%	
PLASCAR PARTICIPACOES INDUSTRIAIS S.A.	R\$	683.375,80	83%	
CR2 EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS S.A.	R\$	550.826,20	50%	
ELECTRO AÇO ALTONA S.A.	R\$	258.940,60	53%	
CONC RIO-TERESOPOLIS S.A.	R\$	227.500,60	50%	
WETZEL S.A.	R\$	204.042,60	50%	
METALURGICA RIOSULENSE S.A.	R\$	184.657,20	65%	
COBRASMA S.A.	R\$	168.577,00	42%	
MINASMÁQUINAS S.A.	R\$	146.903,00	42%	
BAUMER S.A.	R\$	122.450,00	17%	
CONSTRUTORA ADOLPHO LINDENBERG S.A.	R\$	37.416,40	0%	
NORDON INDÚSTRIAS METALURGICAS S.A.	R\$	21.645,60	42%	
Valor Médio Total do Ativo	R\$	11.674.091,65		

Fonte: Elaborado pela autora (2016), adaptado de BM&FBOVESPA (2016).

No quadro 13, para determinação da definição do “tamanho da empresa”, foi feita a média do total dos ativos dos últimos 5 anos de cada empresa, em seguida, calculado a mediana geral, tem-se um valor de R\$ 11.674.901,65, as empresas com ativos totais maiores que a média

foram consideradas “empresas maiores” e as com valores abaixo foram consideradas as “empresas menores”.

No quadro abaixo, o percentual médio de divulgação das “empresas maiores” e “empresas menores”.

QUADRO 14 - Percentual médio de divulgação das “Empresas Maiores” e “Empresas Menores”

Tamanho das Empresas	Média de divulgação
Empresas Maiores	59%
Empresas Menores	51%

Fonte: Elaborado pela autora (2016).

Levando em consideração a mediana, foram classificadas como “empresas maiores”, 4 (quatro) empresas em que a média de divulgação foi de 59%, enquanto as “empresas menores” 39 (trinta e nove) empresas, nota-se que as maiores tiveram uma média de divulgação maior, mostrando, assim, que o tamanho da empresa influencia na quantidade de divulgação apresentadas, enquanto as “empresas menores” tiveram uma média de 51% de divulgação.

Logo percebe-se que a hipótese de que as empresas maiores divulgam mais informações que as empresas menores foram corroboradas, pois o percentual médio de divulgação de 59% das empresas maiores foi superior ao percentual médio de divulgação de 51% das empresas menores.

5 LIMITAÇÕES DA PESQUISA

No momento da análise dos dados, houve uma limitação quanto aos dados analisados, pelo motivo das empresas não divulgarem com clareza todos os quesitos, havendo a necessidade de julgamento pelo pesquisador, o que sugere certa interpretação pessoal na análise dos dados. Essa interpretação é percebida no caso desta pesquisa quando o pesquisador optou por considerar informações incompletas como informações divulgadas, já que utilizou variável dicotômica para a coleta de dados.

Esse entendimento motivou uma terceira opção de análise dos dados, na qual para as respostas incompletas além das respostas “SIM” e “NÃO”, acrescentou-se à expressão “informações incompletas”, em que essas foram consideradas como “sim” pela pesquisadora, devido a atenderem parcialmente ao quesito obrigatório do CPC 27.

Pode-se citar ainda como limitação, o fato dos resultados desta pesquisa não poderem ser considerados para toda a população, uma vez que se trata de uma amostra não probabilística intencional.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa buscou analisar os índices de divulgação das empresas com relação ao ativo imobilizado, de acordo com as exigências estabelecidas no Pronunciamento Técnico, CPC 27. Verificando a importância da adequação do CPC 27, nas empresas e da obrigatoriedade desde 2009 da aplicação do CPC 27, esta pesquisa buscou qualitativamente e quantitativamente tratar sobre o assunto de divulgação do ativo imobilizado de acordo com o pronunciamento técnico CPC 27, bem como sua aplicação nas empresas listadas na BM&FBOVESPA.

Para isso, realizou-se uma análise das notas explicativas, demonstrações contábeis padronizadas listadas na BM&FBOVESPA nos anos de 2011 a 2015, para verificar a adequação ao CPC 27. O problema de pesquisa foi elaborado para saber se as empresas estão se adequando aos requisitos obrigatórios do CPC 27, e se suas divulgações estão de acordo com CPC 27, para atender ao problema de pesquisa foram analisadas 43 empresas e aplicados 12 quesitos de divulgação. Dentre as 43 empresas analisadas, as empresas METISA METAL. TIMBOENSE S.A e a PLASCAR PARTICIPACOES IND. S.A se destacou pelo maior nível de divulgação representando 83% de divulgação, seguida pela WEG S.A, com 75% de divulgação, em seguida a empresa FORJAS TAURUS S.A com 73% e LUPATECH S.A com 70% de divulgações. A empresa CONST. ADOLPHO LINDENBERG S.A foi classificada como menor nível de divulgação apresentando 0% de divulgação, 13 empresas apresentaram percentuais entre 43% a 67% de divulgação, e 25 empresas apresentaram um percentual de divulgação entre 0% a 50%, a média de divulgação geral das empresas nos anos de 2011 a 2015 representou 52% de divulgação no que diz respeito aos itens analisados.

Nenhuma das empresas pesquisadas atingiu 100% de divulgação, pois o maior entre todas as divulgações foi 83% das empresas METISA METAL. TIMBOENSE S.A e a PLASCAR PARTICIPACOES IND. S.A.

Assim sendo, o objetivo geral e os objetivos específicos da pesquisa foram atendidos, visto que foi apresentado o conceito de ativo imobilizado, e foram analisadas as notas explicativas das empresas e demonstrado o percentual de divulgação das mesmas. Desse modo, o problema de pesquisa foi resolvido, pois se verificou o percentual de divulgação das empresas no que tange o total dos quesitos obrigatórios do CPC 27. Como sugestão para futuras pesquisas seria relevante pesquisar e analisar períodos mais longos; verificar fatores que influenciam na divulgação das empresas no que diz respeito a demonstrações contábeis sobre o ativo

imobilizado; e ainda buscando ampliar a amostra, com intuito de corroborar ou refutar os resultados desta pesquisa.

REFERÊNCIAS

ARRUDA, Vânia Cesar. Redução ao valor recuperável de ativos. *Revista Eletrônica Gestão e Negócios*, São Roque, v. 4, n. 1, p. 1-18, 2013. Disponível em: <<http://www.facsaroque.br/novo/publicacoes/pdf/v4-n1-2013/Vania.pdf>>. Acesso em: 4 jun. 2016.

BM&FBOVESPA. *Empresas listadas*. São Paulo: BM&FBOVESPA, 2016. Disponível em: <http://www.bmfbovespa.com.br/pt_br/produtos/listados-a-vista-e-derivativos/renda-variavel/empresas-listadas.htm>. Acesso em: 2 abr. 2016.

BRASIL. Presidência da República. Lei nº 11.638, de 28 de novembro de 2007. Altera os dispositivos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, e estende às sociedades de grande porte disposições relativas à elaboração e divulgação de demonstrações financeiras. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, 28 dez. 2007. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/11638.htm>. Acesso em: 2 abr. 2016.

CAMARGO, Daniel de Mattos; GOMES, Anderson; LAMEU, Maria Aparecida; OLIVERIA, Marise Gonçalves de; FURTADO, Agnaldo Brabo; LIMA, Igor Gabriel. Ativo imobilizado segundo as normas IFRS. *Revista Eletrônica Gestão em Foco*, p. 33-41, 2015. Disponível em: <http://unifia.edu.br/revista_eletronica/revistas/gestao_foco/artigos/ano2015/ativo_imobilizado.pdf>. Acesso em: 2 abr. 2016.

CARRARO, Fernanda; WOHLGEMUTH, Jorge Marcelo. Adaptação do imobilizado referente às novas Normas Internacionais – CPC 27: estudo de caso em uma empresa do setor industrial da região do Vale dos Sinos. *Revista Eletrônica do Curso de Ciências Contábeis*, n. 4, p. 51-72, 2014. Disponível em: <<http://seer.faccat.br/index.php/contabeis/article/view/60/56>>. Acesso em: 2 abr. 2016.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS (CPC). *Pronunciamento Técnico CPC 01 (R1)*. Redução ao valor recuperável de ativos. Brasília, DF: CPC, 2010. Disponível em: <http://static.cpc.mediagroup.com.br/Documentos/27_CPC_01_R1_rev%2008.pdf>. Acesso em: 4 jun. 2016.

_____. *Pronunciamento Técnico CPC 23*. Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro. Brasília, DF: CPC, 2009. Disponível em: <http://static.cpc.mediagroup.com.br/Documentos/296_CPC_23_rev%2003.pdf>. Acesso em: 9 mar. 2016.

_____. *Pronunciamento Técnico CPC 26 (R1)*: Apresentação das Demonstrações Contábeis. Brasília, DF: CPC, 2011. Disponível em: <http://static.cpc.mediagroup.com.br/Documentos/312_CPC_26_R1_rev%2008.pdf> Acesso em: 2 abr. 2016.

_____. *Pronunciamento Técnico CPC 27: Ativo Imobilizado*. Brasília, DF: CPC, 2009. Disponível em: <http://static.cpc.mediagroup.com.br/Documentos/316_CPC_27_rev%2008.pdf>. Acesso em: 2 abr. 2016.

_____. *Pronunciamento Técnico CPC 31. Ativo Não Circulante mantido para venda e operação descontinuada*. Brasília, DF: CPC, 2009. Disponível em: <http://static.cpc.media group.com.br/Documentos/336_CPC_31_rev%2008.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2016.

CUNHA, Paulo Roberto da; PAMPLONA, Soraia; BEUREN, Ilse Maria; KLANN, Roberto Carlos. *GEPROS. Gestão da Produção, Operações e Sistemas*, Bauru, Ano 9, n. 2, p. 101-119, abr./jun. 2014.

GIL, Antônio Carlos. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008. 183 p.

IUDÍCIBUS, Sérgio de; MARTINS, Eliseu; GELBCKE, Ernesto Rubens; SANTOS, Ariovaldo dos. *Manual de contabilidade societária: aplicável a todas as sociedades de acordo com as normas internacionais e do CPC*. São Paulo: Atlas, 2010. 822 p.

JOSE NETO, Antônio Filho; HUPPES, Cristiane Mallmann. CPC 27 – Ativo Imobilizado: um estudo de sua aplicação nas empresas do setor industrial listadas no Novo Mercado no ano de 2010. *Revista ADMpg Gestão Estratégica*, v. 5, n. 2, p. 1-12, 2012. Disponível em: <<http://www.admpg.com.br/revista2012a/artigos/artigos/Financeira/02-01340227897.pdf>>. Acesso em: 2 abr. 2016.

MACÊDO, João Marcelo Alves; PEREIRA, Luiz Arthur Cavalcanti; ANJOS, Luiz Carlos Marques dos; RIBEIRO FILHO, José Francisco; LOPES, Jorge Expedito de Gusmão; SILVA, Daniel José Cardoso da. Informação contábil: usuário interno, externo e o conflito distributivo. *Revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis da UERJ*, Rio de Janeiro, v. 13, n. 3, p. 1-17, set./dez. 2008. Disponível em: <<http://www.atenas.org.br/revista/ojs-2.2.3-06/index.php/UERJ/article/viewFile/618/614>>. Acesso em: 20 abr. 2016.

MURCIA, Fernando Dal-Ri. *Fatores determinantes do nível de disclosure voluntário de companhias abertas no Brasil*. 2009. 182 f. Tese (Doutorado em Ciências Contábeis) – Universidade de São Paulo, Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, São Paulo, SP, 2009. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/12/12136/tde-16122009-121627/>>. Acesso em: 29 out. 2016.

OLIVEIRA, Alessandro Aristides de; SILVA, Andréia Regina da; ZUCCARI, Solange Maria de Paula. A análise das demonstrações contábeis e sua importância para evidenciar a situação econômica e financeira das organizações. *Revista Eletrônica Gestão e Negócios*, v. 1, n. 1, p. 1-13, 2010. Disponível em: <http://www.facsao Roque.br/novo/publicacoes/pdfs/ricardo_alessandro.pdf>. Acesso em: 22 maio 2016.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. *Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico*. 2. ed. Novo Hamburgo: Universidade Feevale, 2013. 275 p.

SILVA, Jefferson Siqueira. *Nível de evidenciação obrigatória nas empresas de capital aberto: uma análise do CPC 27*. 2014. 84 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014. Disponível em: <http://faf-uerj.com/mestrado/images/Dissertacao_Jefferson_Siqueira_Silva_com_ficha_catalografica.pdf>. Acesso em: 21 abr. 2016.

SOBRAL, Marcus Vinícius Longon; MARINI, Patrícia da Costa. *O ativo imobilizado e o impacto causado pela adoção das normas contábeis internacionais - IFRS*. 2012. 59 f. Trabalho de Curso (Bacharel em Ciências Contábeis) –Fundação de Ensino Eurípedes Soares da Rocha, Centro Universitário Eurípides de Marília – Univem, Marília, 2012. Disponível em: <<http://aberto.univem.edu.br/handle/11077/1240?show=full>>. Acesso em: 2 abr. 2016.

UMPIERRE, Marcia Borges; OTT, Ernani. Informações contábeis voluntárias e as recomendações de investimento em ações. In: ENCONTRO DA ANPAD, 34, 2010. *Anais...* Rio de Janeiro: EnANPAD, 2010. Disponível em: <<http://www.anpad.org.br/admin/pdf/CON2692.pdf>>. Acesso em: 22 maio 2016.

VARGAS, Luciano Rigatto. *Gestão do ativo imobilizado: uma sugestão de controle do patrimônio em uma rede supermercadista da região Sul Catarinense*. 2012. 82 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharel em Ciências Contábeis) - Universidade do Extremo Sul Catarinense, UNESC, Criciúma, 2012. Disponível em: <<http://repositorio.unesc.net/bitstream/1/1334/1/Luciano%20Rigatto%20Vargas%20.pdf>>. Acesso em: 22 maio 2016.

VIVIANI, Sueli; BECK, Franciele; HALL, Rosemar José; KLANN, Roberto Carlos. Evidenciação do ativo imobilizado nas empresas do setor de bens industriais da BM&Fbovespa. *Revista Enfoque: Reflexão Contábil*, v. 33, n. 3, p. 21-34, set./dez. 2014. Disponível em: <<http://www.periodicos.uem.br/ojs/index.php/Enfoque/article/view/21429/14031>>. Acesso em: 2 abr. 2016.

ZANDONAI, Fabiana; BORBA, José Alonso. O que dizem os achados das Pesquisas Empíricas sobre o teste de *impairment*: uma análise dos *Journals* em língua inglesa. *Contabilidade, Gestão e Governança*, v. 12, n. 1, p. 24-34, jan./abr. 2009. Disponível em: <<http://www.spell.org.br/documentos/ver/8415>>. Acesso em: 4 jun. 2016.